



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECLAMAÇÃO Nº 41927 - PR (2021/0185530-8)

RELATOR : MINISTRO GURGEL DE FARIA
RECLAMANTE : SERGIO SHIGUEO YABUMOTO
RECLAMANTE : PUMA PNEUS CENTRO AUTOMOTIVO LTDA
ADVOGADOS : ANGELO APARECIDO DEGAN - PR038314
MÔNICA NAOMI KIKUTI ARIDA - PR047992
ISMAIR JUNIOR COUTO - PR049001
RECLAMADO : SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA
INTERES. : ANDREIA MARISA FABRE
INTERES. : CLAUDIA CAMBUI DA SILVA
INTERES. : DENISSE CABRAL DA LUZ
INTERES. : EDENIR PRANDINI
INTERES. : EDSON BARBIERI
INTERES. : GERSON MARCIO NEGRISOLI
INTERES. : AUTO PECAS SAO PAULO LTDA
INTERES. : OSCAR BOTONI FILHO
INTERES. : MARIA CLAUDIA MESSIAS
INTERES. : MARCOS FABRO
INTERES. : M. FABRO
INTERES. : ALESANDRO APARECIDO MARIO
INTERES. : ISAAC MODESTO DE OLIVEIRA
INTERES. : SERGIO SHIGUEO YABUMOTO
INTERES. : PUMA PNEUS CENTRO AUTOMOTIVO LTDA
INTERES. : ROSILENE APARECIDA TORCHETI
ADVOGADOS : RENATO BALERONI - PR015216
RONALDO CAMILO - PR026216
ADEMAR ULIANA NETO - PR026074
MARCELO APARECIDO RODRIGUES RIBEIRO - PR054270
CLÁUDIO DÉCIO CAETANO - PR038321
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ

DECISÃO

Cuida-se de reclamação com pedido de liminar ajuizada por SERGIO SHIGUEO YABUMOTO e PUMA PNEUS CENTRO AUTOMOTIVO LTDA contra acórdão do SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA em juízo de admissibilidade de recurso especial.

Os reclamantes alegam que "o acórdão atacado por esta reclamação sonega validade a julgado do STJ a medida que rejeita apreciação de tese que não há necessidade, absolutamente não, o revolvimento fático da matéria" (fl. 5).

Sustentam que "em casos análogos, o STJ recebeu o recurso especial e apreciou o limite da pena civil do inciso II, do artigo 12 da Lei, isso quando foi possível verificar o atendimento da proporcionalidade da punição apenas com a leitura do Acórdão recorrido" (fl. 6).

Requerem o deferimento da medida liminar para que seja suspenso o andamento do feito no Tribunal *a quo* (fl. 187).

É, no essencial, o relatório. Decido.

A concessão da tutela de urgência deve ser fundada na existência concomitante do *fumus boni iuris* e do *periculum in mora*, devendo haver um nexo de subordinação da medida liminar à fumaça do bom direito e à comprovação efetiva do risco danoso caso não seja deferida a cautela.

Na espécie, os reclamantes não demonstraram a iminência de nenhum ato expropriatório ou do perecimento do direito, em evidente ausência do *periculum in mora*, não se justificando a concessão da liminar requerida.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar sem prejuízo de avaliação ulterior pelo relator.

Solicite-se ao Juízo reclamado que, no prazo de 10 dias, preste informações (inciso I do art. 989 do CPC e inciso I do art. 188 do RISTJ).

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 16 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente